

REGIÃO COMO FOCO DE IDENTIDADE CULTURAL

Meri Lourdes BEZZI¹

Resumo

O presente trabalho tem como preocupação fundamental à reflexão sobre o conceito de região, na perspectiva da Geografia Humanística e Cultural. Sabe-se que os conceitos podem atravessar as épocas como vocábulos imutáveis, mas o seu conteúdo está sempre sujeito a mudanças ou sendo retrabalhados impedindo a fossilização dos mesmos e, conseqüentemente, afastando o perigo sempre presente, de erro na interpretação do real. Neste contexto, a região passa a ter nova interpretação e importância sendo vista como um conjunto de percepções, valorações, decisões e comportamentos coletivos.

Palavras-Chave: Região, identidade cultural, espaço vivido, Geografia Humanística.

Abstract

Region as focus of Cultural Identity

The present work has as fundamental concern to the reflection on the region concept, in the perspective of the Humanistic and Cultural Geography. It is known that the concepts can cross the times as unalterable words, but your content is always subject to changes or being remodeled impeding the fossilization of the same ones and, consequently, always moving away the danger present, of mistake in the interpretation of the real. In this context, the region starts to have new interpretation and importance being seen as a group of perceptions, values, decisions and collective behaviors.

Key Words: Region, Cultural Identity, lived Space, Humanistic Geography

¹ Professora Doutora - Departamento de Geociências/Laboratório de Estudo e Pesquisa Regional/LEPeR/CCNE/UFMS/Santa Maria – RS, Campus – UFMS, Prédio 17, Sala 1135. CEP 97105-900. Santa Maria/RS. meri@oslo.ccne.ufsm.br.

ABORDAGEM SOBRE A REGIÃO ENTENDIDA COMO IDENTIDADE CULTURAL

Paralelamente à Geografia Crítica, surgiram novas tendências para explicar a organização do espaço e, conseqüentemente, o conceito de região. Estruturaram-se, assim, a Geografia Humanista e a Geografia Cultural, em busca de novos horizontes para o enriquecimento conceitual de região.

Conforme Gilbert (1988), o conceito de região que emergiu após 1970 é o que considera a *região como foco de identificação*. Para essa abordagem, duas fontes principais são consideradas. A primeira é a Geografia Humanista, que se apóia nas filosofias do significado e que, em última instância, concebe a região como um espaço vivido. Essa concepção está muito próxima das conceitualizações tradicionais de região, típicas da escola francesa, de Vidal de La Blache, alicerçadas na paisagem e no gênero de vida. A segunda fonte é a Geografia Cultural renovada, que tem suas origens nos estudos sobre a paisagem realizados por geógrafos alemães, franceses e anglo-saxônicos. (CORRÊA, 1995)

A retomada da explicação de cunho humanístico, na tendência humanístico-cultural, encontrou a fenomenologia e, com ela, deu-se à volta na busca da metafísica, contestada e criticada em épocas passadas.

Assim, de acordo com Gomes apud Castro; Gomes; Corrêa (1995, p. 67):

O humanismo na Geografia, ao contrário da Geografia Radical, foi buscar no passado da disciplina elementos que... seriam importantes resgatar. Um destes elementos foi a noção de região, vista como um quadro de referência fundamental na sociedade. Consciência regional, sentimento de pertencimento, mentalidades regionais são alguns elementos que... chamam a atenção para revalorizar esta dimensão regional como um espaço vivido.

Desde a Geografia Cultural de Sauer (1925) e seus seguidores, já se esboçavam preocupações de interpretar o meio geográfico através da cultura dos distintos grupos humanos. A abordagem humanística estrutura-se a partir de 1960 e solidifica-se como corpo cognoscitivo na década de setenta, tendo como fundamento teórico à filosofia da fenomenologia existencial e a noção da percepção.

Dessa forma, a Geografia humanístico-cultural procura analisar de que modo os fatores culturais e a percepção interferem nas ações de organização e de elaboração do espaço geográfico e também nos recortes regionais.

A base filosófica em que se fundamenta a abordagem humanístico-cultural é, principalmente, a fenomenologia de Edmund Husserl (1986) que viveu entre 1859 e 1938. Assim, o espaço vivido está para a Geografia Humanística como a experiência vivida está para a fenomenologia de Husserl.

Para Husserl (1986), a idéia fundamental da fenomenologia é a noção de intencionalidade. Essa intencionalidade é a da consciência, que sempre está dirigida a um objeto e tende a reconhecer o princípio de que não existe objeto sem sujeito e vice-versa. Assim, não é possível

nenhum tipo de conhecimento se o entendimento não se sente atraído por algo concreto, ou seja, por um objeto. Nesse sentido, Husserl (1986, p. 23) diz que a intencionalidade é algo “... puramente descritivo, uma peculiaridade íntima de algumas vivências”. Dessa maneira, a intencionalidade característica da vivência determina que a vivência seja consciência de algo.

Nesse contexto, deduz-se que a realidade é composta por tudo aquilo que se oferece ao olhar do observador. Para que se a conheça é necessário decompô-la de acordo com a interpretação do observador, de seus valores, isto é, de sua forma própria de entender essa realidade. Assim, a decomposição da realidade não ocorre gratuitamente e de forma homogênea. Ela é resultante da intuição, que é anterior a qualquer reflexão, o que traduz uma certa intencionalidade da consciência ao direcionar os objetos a serem investigados.

Como toda consciência está referida a alguma coisa e não há objeto sem sujeito, o método fenomenológico instaura uma nova objetividade que observa e é capaz de ver, mas somente aquilo que nasce da relação irreduzível entre sujeito e objeto.

Dessa forma, para a fenomenologia, o conhecimento é derivado da prática humana, e a percepção do real é sempre intersubjetiva e histórica, não existindo a possibilidade de a racionalidade perceber esse real de forma absoluta, a não ser mediatizado sempre pela cultura. Esta, por sua vez, apresenta múltiplas vias e acessos e age sempre relativamente, nunca determinando uma percepção única e racional.

Pode-se dizer, então, que, para a Geografia, a interpretação espacial está sempre embutida na interpretação dos signos, através dos quais se faz a percepção dos fatos. Isso aproxima a ciência geográfica da semiologia. Assim, há coletividades capazes de criar imagens e viver realidades destoantes do espaço em que estão inseridas. Ou seja, cria-se uma nova realidade espacial, alicerçada em diferentes bases culturais. Nesse contexto, a região passa a ter nova interpretação e importância, sendo vista como um conjunto de percepções vividas e estabelecidas a partir de apreensões, valorações, decisões e comportamentos coletivos.

Assim, a região é, em substância, uma construção mental que, a partir de uma visão seletiva da realidade, congrega elementos de forma intersubjetiva, criando um código próprio que norteia as decisões e os comportamentos. Os elementos são oriundos de uma realidade objetiva, porém os critérios que os unem, ou selecionam, são estabelecidos em uma base comum de subjetividade. Há diferenças individuais nessa escolha e interpretação da realidade, mas que estão, em sua maior partes, submetidas a uma subjetividade que ultrapassa o pessoal e encontra coerência e força no coletivo. Dessa forma, a cultura é a chave necessária para interpretar esse espaço intersubjetivo.

Segundo Christofletti (1982, p. 22), a Geografia Humanística tem concepções próprias e procura:

[...] valorizar a experiência do indivíduo ou do grupo, visando compreender o comportamento e as maneiras de sentir das pessoas em relação aos seus lugares. Para cada indivíduo, para cada grupo humano existe uma visão do mundo, que se expressa através das suas atitudes e valores para com o quadro ambiente... Nessa perspectiva, os geógrafos humanistas argumentam que sua abordagem merece o rótulo de “humanística”, pois estudam os aspectos do homem que são mais distintamente humanos: significações, valores, metas e propósitos.

Dentro da perspectiva centrada na identidade cultural como novo paradigma regional, Frémont (1980) parte da premissa de que o estudo precedente dos lugares vividos e dos espaços sociais pode fornecer subsídios para a(s) definição(ões) que pode suscitar a palavra região. Nesse sentido, o título de seu livro é bastante sugestivo - *A região, espaço vivido*.

Frémont (1980, p. 167-168), ao indagar-se sobre o conceito de região, considera que essa noção:

[...] Integra lugares vividos e espaços sociais com um mínimo de coerência e de especificidade, que fazem dela um conjunto com uma estrutura própria (a combinação regional), e que a distinguem por certas representações na percepção dos habitantes ou dos estranhos (as imagens regionais). A região é menos nitidamente conhecida e percebida do que os lugares do cotidiano ou os espaços sociais da familiaridade. Mas, na organização do espaço-tempo vivido, constitui um invólucro essencial antes do acesso a entidades muito mais abstratas, muito mais desconcertantes em relação ao hábito... Seria a região o espaço que podemos visitar sem nos sentirmos incomodados, um conjunto-regulação de nível superior na organização do espaço de vida e na percepção e valorização do espaço vivido? ...

Dessa forma, Frémont (1980, p. 18) salienta que as regiões não podem ter uma única definição, pois não se poderia ter um único modelo regional, uma vez que o espaço vivido é definido de acordo com a percepção, e esta é distinta para cada indivíduo. E argumenta “... *as regiões são múltiplas*”. Baseado nessa afirmação classifica as regiões em três tipos: regiões fluidas, regiões enraizadas e regiões funcionais.

Para Frémont (1980, p. 169), as regiões fluidas seriam aquelas em que os homens não estabelecem fortes vínculos com os espaços que ocupam, principalmente nos países do Terceiro Mundo. E destaca o autor que:

Na maior parte dos países do Terceiro Mundo, o fenômeno capital do enraizamento campesino não existe ou manifesta-se apenas debilmente. Do mesmo modo, os domínios espaciais da civilização industrial permanecem muito reduzidos. Nestas condições, poder-se-ia concluir um pouco apressadamente pela ausência de fixação dos homens aos lugares e, por via de consequência, pela inanidade da noção de região.

Assim, a fluidez regional é estabelecida entre os homens e os lugares. E as relações que entre eles se estabelecem, são flexíveis, mutáveis e pertencem a um passado próximo, estando sujeitas a mudanças. A verdade dessa assertiva pode ser constatada pelo fenômeno migratório que continua a ocorrer entre as regiões. E Frémont (1980, p. 170) afirma que: “[...] A região existe de fato, mas numa certa fluidez. Fluidez em ligação direta com a prevalecente nas relações que unem os homens e os lugares [...]”.

Já as regiões enraizadas, para o autor, denotam um elo de ligação profundo e vital entre os homens e um espaço que lhes seja próprio. Assim, para Frémont (1980, p. 177), essas regiões estão ligadas “... essencialmente no quadro de civilizações campesinas, no qual ocorre um certo tipo de relações entre os homens e os lugares. Os lugares pertencem aos homens e os homens pertencem aos lugares. Daí um modelo de região”.

Frémont (1980, p. 178) assinala que esse elo de ligação entre a região e o homem é fortemente sentido em determinadas áreas e destaca que:

As grandes civilizações campestres (Mediterrâneo, Europa, Ásia das Monções, África das Savanas) projectam no espaço os seus valores próprios, concedendo uma importância muito grande à duração (a família, a história), à renovação da vida (a mãe, o solo), à delimitação do patrimônio (a casa, o finage e terroir). A terra encarna tudo isso. Daqui resulta uma organização do espaço assente no enraizamento, quer dizer, na ligação dos homens a terra, da casa à região. Esta, à sua escala, exprime estes valores.

O terceiro tipo de região estabelecido por Frémont, ou seja, as regiões funcionais, não coincidem com as de Juillard (1965), pois, para este autor, o espaço funcional é aquele organizado pela hierarquia dos centros de polarização, pela rede das cidades. Para Frémont (1980, p. 186), porém: “[...] a região funcional” corresponde à organização do espaço da sociedade industrial chegada ao seu mais alto grau de crescimento, quer dizer, de uma sociedade que atribui à “função” o nível mais alto na hierarquia dos valores.

As regiões funcionais apresentam-se, então, relacionadas à sociedade industrial moderna e marcada pela estandardização e funcionalização. Dessa forma, o autor salienta que a sociedade industrial dispõe de meios técnicos de uma potência tal que pode transformar o espaço como nunca se tinha podido imaginar. Hoje, o avanço técnico sobrepõe-se de todas as formas à natureza.

Nesse contexto, regata-se, mais uma vez Frémont (1980, p. 188) quando ele enfatiza que:

A sociedade industrial faz explodir o espaço dos homens. O espaço social dos produtores - consumidores, na dispersão funcional dos lugares de trabalho, de alojamento, de ócio, de serviços [...] Mas também o espaço econômico da função de produção, o espaço político das decisões, o espaço cultural das criações. As sociedades multinacionais, as relações internacionais da produção subentendem uma política internacional e uma arte internacional, esta última preferentemente abstracta. Uma nova elite de viajantes sulca o globo, abolidas todas as distâncias, veiculando por toda a parte as mesmas imagens [...].

Assim, a sociedade industrial abala as condições da comunicação entre os homens. As revoluções técnicas contribuíram para isso. E pode-se dizer que a sociedade industrial torna complexo o espaço dos homens. E ante esses argumentos, Frémont se indaga se a região poderá ainda existir. O autor salienta, mas não deixa claro se o capital, as transformações recentes, a globalização, enfim, homogeneiza as regiões. Enfatiza que ocorre uma tendência à homogeneização, pois se pode ver e sentir as mesmas imagens em todo o mundo, ou seja, tanto São Paulo como os Estados Unidos suportam os mesmos valores.

É importante salientar que o que se quer pôr em destaque é um novo paradigma regional, ou seja, a cultura. Assim, o espaço passa a ter a conotação de uma categoria cultural, ou uma representação coletiva. Existindo elementos comuns, estabelecidos coletivamente, vividos de formas diferentes e com escalas de valores distintos, serão eles os elementos constitutivos de uma prática comum entre os atores de uma determinada coletividade. Assim, quando essa

prática está relacionada a um espaço específico, tem-se a configuração regional, da qual a coletividade passa a se sentir parte ou apropriar-se dela.

Para Frémont, isso significa a ruptura completa entre a Geografia Física (a natureza como agente restritivo ou impulsionador da sobrevivência) e a nova perspectiva da Geografia Humana. Assim, a cultura passa a ser a chave da significação entre a materialidade do espaço e as características da existência e consciência social; nesse caso, a região existe e materializa-se em uma determinada porção do espaço.

Ocorre então uma ruptura ao nível do foco epistemológico, entre o espaço, como um objeto em si, e como um objeto para e nos atores. A região passa a ser, assim, um espaço de referência, conteúdo e contingência que os atores sociais reconhecem como próprios de sua coletividade. Pode-se dizer, então, que a região representa uma realidade, a qual é coletivamente estabelecida, pois é um objeto de conhecimento. Assim, ela existe ao nível da representação de uma coletividade que tem e incorpora significados, é um elemento da organização social. Ela passa a ser concreta, pois é uma realidade vivida, independentemente da vontade de quem a observa, já que o espaço dá a identidade do grupo.

Para Tuan (1982) a Geografia Humanística tem como objetivo fundamental refletir acerca dos fenômenos geográficos, com o intuito de proporcionar melhor entendimento do homem e de sua condição. Nesse sentido, Tuan apud Christofolletti (1982, p. 143) destaca que: [...] A Geografia Humanística procura um entendimento do mundo humano através do estudo das relações das pessoas com a natureza, do seu comportamento geográfico bem como dos seus sentimentos e idéias a respeito do espaço e do lugar [...]

Nesse sentido, Tuan (1982) desenvolveu amplos estudos mostrando a necessidade do homem de conhecer seu território e o lugar onde vive. Afirma que, à semelhança dos animais, que defendem seu espaço vital contra os intrusos, são as atitudes humanas quanto ao seu território e lugar. Dessa forma, o ser humano se faz agente da organização de determinada porção da superfície terrestre, graças, basicamente, ao papel da emoção e do pensamento, principais elos de ligação entre o homem e um certo espaço. Assim, para cada indivíduo ou grupo humano, existe uma visão do mundo, que se expressa através de suas atitudes e valores para com o meio ambiente.

Essas preocupações, segundo Christofolletti (1982), resgatam duas noções básicas da Geografia, ou seja, fornecem novos significados ao espaço e lugar. Neste sentido, Christofolletti (1982, p. 22), salienta que: “O lugar é aquele em que o indivíduo se encontra ambientado, no qual está integrado. Ele faz parte do seu mundo, dos seus sentimentos e afeições; é o centro de significância ou um foco de ação emocional do homem”. Tuan (1982) propôs o termo Topofilia, definindo-o como o “[...] elo afetivo entre a pessoa e o lugar ou quadro físico”. A noção de espaço envolve um complexo de idéias. A percepção visual, o tato, o movimento e o pensamento se combinam para dar-nos o nosso sentido característico de espaço, possibilitando a capacidade para reconhecer e estruturar a disposição dos objetos... A distância é de âmbito espaço-temporal, pois envolve não só as noções de “perto” e “longe”, mas também as de passado, presente e futuro. Todavia, para a Geografia Humanística, a integração espacial faz-se mais pela dimensão afetiva que métrica.

Dessa maneira, espaço e lugar surgem com outra conotação. É da valorização da percepção e das atitudes que decorre a preocupação de verificar os gostos, as preferências, as características e as particularidades do lugar. Valorizam-se o quadro físico e os aspectos culturais que resultam na personalidade do lugar, conferindo-lhe, pois, uma “identidade”. E é essa identidade que vai distingui-lo dos demais.

Sob esse enfoque, a corrente da Geografia Humanística trouxe novas perspectivas para os estudos regionais. Entretanto, uma questão-chave é colocada para sua interpretação, ou seja, a escala. Não há dúvida de que pequenos lugares podem ser facilmente conhecidos através da experiência direta dos indivíduos. Mas e a região? Como considerar uma grande região como o Estado-Nação, que está além da experiência direta da maioria das pessoas? A propósito dessas indagações, Tuan (1983) enfatiza que a região pode ser transformada em um lugar, através de um meio simbólico da arte, da educação ou da política. Ou seja, a qualidade da ligação emocional dos objetos físicos, as funções dos conceitos e símbolos são primordiais na criação da identidade do lugar.

Para Tuan (1983) a perspectiva da Geografia Humanística no resgate do conceito de região é essencial, pois:

A Geografia Regional, que tem êxito em capturar a essência de lugar, é um trabalho de arte. A retratação de uma região tem a mesma espécie de dificuldade que a retratação de uma pessoa, porém multiplicada várias vezes [...] A descrição vivida de uma região é talvez a mais alta conquista da Geografia Humanística [...]

Castro (1992) é outra autora que analisa o conceito de região através das relações de produção e do regionalismo, enfocando a questão da identidade cultural.²

Nesse sentido, Castro (1992, p. 29), afirma que:

Como não há regionalismo sem substrato regional a compreensão do primeiro supõe a necessidade de discutir e conceituar a região, enquanto base territorial para a expressão do fato político. A análise do espaço regional pressupõe, então, o conhecimento do espaço como um nível de generalização maior, ou seja, como o produto da transformação da natureza pelo trabalho social.

Por conseguinte, Castro (1992, p. 32) tem como questão central da sua análise a compreensão do conceito de região pelo viés político, mas alicerçada no espaço regional (região Nordeste do Brasil). E destaca que:

[...] É necessário estabelecer o conceito de região que possibilite um recorte seguro para a análise do fato político de base regional. Como o espaço é produzido pela sociedade, a região é o espaço da sociedade local, em interação com a sociedade global, porém configurando-se de forma diferen-

² A autora toma como exemplo a região Nordeste do Brasil, mostrando as estratégias da elite nordestina para preservar seu status quo. Ou seja, o Nordeste é tratado como um locus de elaboração e ação política que se materializa na organização do espaço regional.

ciada. A região é justamente a expressão das diferenciações do processo de produção do espaço; as diferenças se combinam, mas permanecem como diferenças.

Fica evidente que, para a autora, o conceito de região é determinado e tem um conteúdo social muito significativo. Assim, a região reflete no espaço um conjunto de relações resultante da transformação da natureza pelo homem.

Portanto, para entender o conceito de região, Castro (1992, p. 32) adverte que é necessário compreender os laços entre a sociedade e seu espaço, pois “estes ampliam-se, estreitam-se e exprimem-se pelos diferentes signos da paisagem”. Dessa forma, existe uma relação de afinidade entre o indivíduo e o espaço. E Castro (1992, p. 32-33) vai além, dizendo que:

[...] há, em termos de relação homem-meio, dois níveis de identidade, um imediato, ou primário, estruturado individualmente, que podemos chamar de Topofilia, e outro estruturado coletivamente, na dinâmica das relações sociais, que caracterizaria um espaço de vivência mais ampla, conformando uma identidade espacialmente maior, que seria a região. A região é, então, uma fração estruturada do território. Por constituir uma estrutura, a região possui uma identidade que permite diferenciá-la do seu entorno. Essa personalidade regional possibilita a sua delimitação a partir da compreensão da especificidade que ela contém. A região é, portanto, concreta, observável e delimitável. Como qualquer segmento do espaço, a região é dinâmica, historicamente construída e interage com o todo social e territorial. Portanto suas características internas são determinadas e determinantes desta interação.

A região seria, então, definida pela identidade de um determinado grupo social com uma determinada porção do território. Entretanto, as peculiaridades do grupo social e a singularidade do lugar são os elementos que fornecem a identidade regional, fazendo com que as porções do território sejam diferenciadas e configurem-se como regiões.

Castro (1992), analisando a região como parte de um sistema maior (subsistema espacial), diz que existem relações internas autônomas em cada região. São justamente essas singularidades que fornecem à região seu caráter próprio, individual, diferenciando-a, assim, das demais.

Nesse contexto, Castro (1992, p. 33) assinala que:

[...] enquanto construção espacial, a região é a caracterização dos processos sociais e incorpora a sua dinâmica. Esses processos, entendidos como ação humana - econômica, política ou cultural - sobre uma base natural, estruturam em conjunto a construção do espaço em áreas geograficamente delimitadas, moldando suas peculiaridades e identificando-se com elas... A região, portanto, possui uma dimensão territorial e uma dimensão social que interagem e configuram uma escala particular do espaço... a região é o espaço vivido, ou seja, o espaço das relações sociais mais imediatas e da identidade cultural.

Castro (1992, p. 33) traz também à tona a questão da escala e salienta sua importância para a delimitação da região, dizendo que: “O espaço geográfico incorpora os tempos da natureza e das sociedades, não há cortes bruscos em seu interior, e as diferenças vão se delineando

progressivamente”. E conclui que “[...] a delimitação da região jamais poderá ser rígida, pela própria dinâmica do espaço e pela dificuldade de segmentar linearmente sua complexidade”.

Procurando aprofundar o conceito de região, Castro apud Lavinias; Carleial; Nabuco (1994, p. 164) destaca a importância que tem assumido o regionalismo. Segundo a autora, esse surge enfatizando as diferenças regionais, que expressam as características particulares de cada região.

Para Castro apud Lavinias; Carleial; Nabuco (1994, p. 164-165), regionalismo pode ser assim conceitualizado:

[...] a expressão política de grupos numa região, que se mobilizam em defesa de interesses específicos frente a outras regiões ou o próprio Estado. Esse é um movimento político, porém vinculado à identidade territorial. Se eliminarmos do conceito a idéia purista de defesa de interesses “da região”, percebemos que se trata, na realidade, de uma mobilização política em torno de questões e interesses de base regional, embora sua idéia-força possa ser, e quase sempre é, explicitada como defesa da sociedade regional.

Pode-se dizer, então, que a base territorial para a expressão do regionalismo é a região. Ou seja, a região, segundo Castro apud Lavinias; Carleial; Nabuco (1994, p. 165), se define “[...] através da relação do homem com o meio natural e com seus símbolos”. Para a autora, os símbolos podem ser reelaborados ideologicamente na identidade regional, conferindo visibilidade e valor simbólico aos traços singulares da sociedade local, como tipo físico, sotaque, terminologia, hábitos, etc. É na utilização desses aspectos simbólicos como recurso político que se estrutura o discurso regionalista do poder local. O território assume então a posição de sujeito do processo histórico, substituindo e reduzindo a visibilidade das relações sociais, que se diluem nos problemas territoriais.

Castro adverte que há uma superposição no território de escalas de poder, ou seja, existem as regiões de identidade territorial e existe a região delimitada pela administração política do território. Essa impõe a percepção de uma nova escala regional, que pode incluir distintas “regiões de vivência” ou subdividir espacialmente o território. Assim, Castro (1992, p. 34) salienta que:

[...] As “regiões políticas”, delineadas por interesse político administrativo, se não são significativas de um tipo específico de identidade territorial, são importantes por revelar condições e situações particulares de relações entre espaço e política, num plano mais geral, e relações entre poder central e território, num plano mais restrito.

Por conseguinte, uma região delimitada por critérios político-administrativos pode ter uma escala diferente daquela da região de vivência (ou de identidade); no entanto, contém também vivências e configura-se a partir de um processo de alianças que articula aquelas regiões entre si.

Considerando a região como produto da manifestação cultural, é necessário especificar como ocorre essa manifestação. O parâmetro mais comumente utilizado é o da identidade cultural.

Nessa linha de pensamento, o sociólogo Ricq (1982, p. 114) salienta que a identidade cultural é um requisito indispensável à manutenção de um grupo social, afirmando sobre região que “[...] elas são os lugares e os homens, propriamente dito um espaço dos grupos humanos”.

Segundo o autor, para se entender o conceito de região, é necessário observar e analisar todo o sistema de relações espaciais e sociais que mantêm as coletividades humanas em um determinado território. Propõe, então, uma abordagem regional globalizante. O autor enfatiza que toda sociedade produz seu espaço. Salienta que o espaço, para os sociólogos é aquele da prática social. Assim, todas as representações coletivas são indispensáveis para a análise da identidade regional sendo, portanto, seu aspecto mais importante.

Ricq (1982, p.125) considera que a identidade cultural é um “*mode-d’être-en-relation*”, ou seja, o fato social fundamenta as análises das ciências sociais. É a identidade cultural que fornece coerência e inteligibilidade ao grupo social, ela é “[...] igualmente, [...] um filtro para apreender o real, pelo grupo como pelos indivíduos que o compõe. Ela é um fio durável que liga o grupo”.

Dessa forma, o fenômeno cultural é vivenciado pelo grupo e se expressa no território que ele ocupa, servindo, portanto, como inspirador e parâmetro das formas de organização social. Através da identidade cultural, um grupo social se identifica e é reconhecido pelos demais.

Entendendo a região como totalidade, Ricq (1983) admite-a em duas dimensões: uma relativa à sua identidade (a sua personalidade, a sua unidade) e a outra relativa à sua organização (a sua funcionalidade). O autor contrapõe regionalismo e regionalização. Considera que o regionalismo parte da base vem de baixo, emerge da consciência das desigualdades regionais e é a contestação ao centralismo, a luta pela autonomia. Já a regionalização vem de cima, é a aceitação do centralismo e a perda do poder decisório. Nesse sentido, o autor acaba associando as instituições regionais com o “continente”, e a identidade regional com seu “conteúdo”, sendo ambos indispensáveis à manutenção do grupo social.

Para Bassand; Guindani, (1983) a identidade regional não é apenas resultado do perfil cultural de uma região, mas também produto das transformações que ocorrem no mundo. Segundo esses autores, antes das revoluções socioeconômicas e políticas do século XIX, as regiões agrárias e mercantis da sociedade européia formavam um mosaico heterogêneo. Por assim dizer, cada região seria especificada por uma identidade cultural, fundamentada, principalmente, sobre uma especificidade lingüística e religiosa. A esses aspectos se juntavam as especificidades políticas, econômicas, de comunicação, de saúde, de arranjos espaciais particulares, de gastronomia, de costumes específicos, e até mesmo de alguma autonomia política. A partir do início do século XIX, com as revoluções socioeconômicas e políticas, uma vontade de unificação nacional surgiu em toda a Europa, e o quadro até então existente foi revertido.

Surge então a idéia de Nação, que se desenvolveu graças a uma combinação de forças econômicas, sociais e políticas, constituídas contra a dominação da nobreza, e caracterizou uma forma de consciência, dentro da qual estavam refletidas a sua unidade e a sua existência. A formação do Estado-Nação veio reverter esse quadro de diversidade e, sob a nova hegemonia do Estado, foram patrocinadas a homogeneização lingüística e religiosa e a unificação política e econômica. Destaca-se, no entanto, que, nesse processo de junção e homogeneização, há sem-

pre componentes que atuam desigualmente e são responsáveis pelos desequilíbrios entre regiões. Estas, em resposta, articulam movimentos regionalistas, os quais, em substância, põem em causa, como questão geral, a identidade cultural.

Para Bassand; Guindani (1983) além de se entender que a identidade cultural é uma variável vital para a formação da região, é necessário ir mais fundo, verificando o que está por trás e que, por conseguinte, gera um desenvolvimento desigual. Além disso, se, na luta por melhores condições de vida, a identidade cultural tem sempre papel preponderante, então é necessário que as políticas econômicas regionais compreendam esse papel. Deve-se levar em conta que as ações só são pertinentes se forem traçadas com a participação dos habitantes e seguirem os princípios da democracia cultural.

Pode-se dizer, então, que estudar uma região pela vertente cultural é manipular um código de representações e significações de determinado grupo social. Assim, os signos projetados no espaço por um grupo traçam os limites e as distâncias entre esse grupo e os outros. Formam-se então espaços de referências, que são apropriados, mas que não tem qualquer obrigatoriedade de contigüidade espacial.

Se a identidade cultural é o novo paradigma regional, é na natureza dessa identidade que é possível estabelecer a direção dos movimentos regionais, ou, conforme Bassand; Guindani (1983, p. 24): “A identidade regional, [...] permite colocar em destaque o fato de que a região compreende [...] duas dinâmicas: a regionalização e o regionalismo”.

Dessa forma, para os autores, coincidentemente com a posição de Ricq (1982, 1983), o regionalismo é uma postura ativa, tem como ponto de partida a cultura local vivida e serve-se da identidade para encaminhar as aspirações do grupo. Por outro lado, a regionalização se traduz em uma fraca coesão e unidade do grupo, facilitando e aceitando a ingerência de técnicos do governo nas decisões regionais, pois esses desenvolvem programas, políticas e planos para as regiões, ignorando, muitas vezes, os problemas quotidianos e as aspirações dos seus habitantes.

Tendo também como paradigma regional à identidade cultural, Pellegrino et al. (1982, p. 99) conceituam a região como “[...] uma divisão do território que precisamente se impõe como um fenômeno de escala modificada pelas transformações contemporâneas do território”. Salientam também esses autores que a definição do termo região e, por conseguinte, o seu significado, estão ligados a diversas ciências que trabalham com esse conceito. Entre essas, a Arquitetura, a Economia, a Geografia e a Sociologia. Todas elas têm sua forma peculiar de interpretar a região e propor soluções aos problemas contemporâneos quanto à organização regional (l’aménagement régional).

Os geógrafos, para Pellegrino et al. (1982, p. 101), ao estudarem a região, devem considerar que:

[...] a divisão das regiões e a identificação dos lugares passam pelo reconhecimento das características homogêneas... Assim “o conjunto dos espaços organizados pelas sociedades humanas e o domínio empírico da Geografia, as discontinuidades entre “ os quadros das repartições humanas” conduzem os geógrafos a estudar a diversidade dos “campos de força” induzidos pelas inter-relações espaciais das sociedades observadas e sua articulação

no conjunto... A territorialidade resta para eles como uma “pedra obstáculo das divisões”.

Por conseguinte, é através do estudo dos costumes, dos hábitos que se pode interpretar um determinado grupo social e perceber as disparidades regionais que orientam as análises espaciais do desenvolvimento.

Ponche (1983) considera como paradigma básico para o entendimento do conceito de região a cultura regional, a instituição (Estado) e o território. Discute, assim, a produção da identidade regional a partir de um “espaço de referência”.

Para o autor o espaço comportaria um valor simbólico, o qual teria a função de um “nicho ecológico” em cujo seio um grupo social cria à sua maneira um conjunto de signos e de representações. Uma dessas representações pode ser o próprio espaço com conteúdo positivo ou negativo para o grupo social.

Fica evidente que, na perspectiva da identidade cultural, a definição de um “eu” é simultânea à do “outro”. Tem-se a conotação do indivíduo e a do grupo. Assim é a expressão de um “indivíduo” que se explicita diante do “coletivo” e do mundo e que cria uma dinâmica que é obrigatoriamente espacial e historicamente relativizadora.

Partindo do pressuposto de que o conceito de região possa ser entendido sob o paradigma da identidade cultural, Costa (1988) analisa tal conceito tendo como laboratório de estudo a Campanha Gaúcha.

O autor considera que a questão regional, incorporada na recente retomada da identidade gaúcha, bem como suas raízes, encontram-se na formação do espaço latifundiário tradicionalmente conhecido como Campanha Gaúcha. Esse espaço parece manifestar ainda traços socioespaciais da época em que ele representava o núcleo básico de sustentação da sociedade sul-rio-grandense. Tal fato pode ser constatado em uma simples observação cartográfica, que comprova essa relativa preservação da estrutura espacial da Campanha Gaúcha e a particularidade de seu espaço geográfico.

Assim, para o autor, os processos históricos configuram hoje uma diversidade socioespacial muito complexa. Embora a dicotomia Colônia e Campanha já tenham sido superadas através da integração econômica via capitalismo industrial, permanecem ainda, na Campanha, formas espaciais que refletem uma “resistência” aos processos mais dinâmicos de organização do espaço.

Costa (1988, p. 19) adverte que o fato de vivermos em um espaço já nos identifica socialmente, reconhecendo-se nele um espaço vivido e afirma que “[...] a própria delimitação política do território forja ou fortalece identidades como os nacionalismos e os regionalismos”.

Procurando aprofundar o conceito de região via identidade cultural, Costa (1988, p. 25) define a região como:

[...] um espaço (não institucionalizado como Estado-nação) de identidade ideológico-cultural e representatividade política, articulado em função de interesses específicos, geralmente econômicos, por uma fração ou bloco “regional” de classe que nele reconhece sua base territorial de reprodução.

Nesse sentido, pertencer a uma determinada região, à sua cultura passa pela atribuição de uma identidade a um grupo social, cuja base pode estar na própria especificidade do espaço no qual ele se reproduz. Costa (1988) propõe estudos que denotam a transposição da identidade gaúcha para outros Estados brasileiros. Tal movimento, ele o denomina de “diáspora gaúcha”. Assim, são recriados, em outros Estados, espaços com características típicas do gaúcho (costumes, hábitos, cultura, economia, etc.).

ALGUMAS REFLEXÕES

A região como foco de identificação cultural agrega um quadro de referência fundamental da sociedade. Considerando a identidade cultural como um novo paradigma regional, a região pode ser definida, representada e diferenciada. Dessa forma, a identidade cultural coloca novamente os seres humanos como atores da produção e reprodução da vida social e dos lugares. Valoriza-se a perspectiva humanística sobre a sociedade, passando esta a ser um conjunto de significados expressos em determinado recorte regional.

Assim sendo, a partir do estudo dos costumes, dos hábitos, ou das representações que as coletividades fazem de sua existência em um território, é possível fugir da consideração da região como uma simples espacialização ou projeção de fenômenos determinados fora daquele espaço. A identidade serve, assim, a uma visão mais global e comprometida com os objetivos do espaço que se está investigando. Nesse ponto, fica bem claro o antagonismo com as correntes mais racionalistas, que pretendem usar a região como um instrumento de análise, um artifício locacional.

De acordo com esse ponto de vista, a região é definida como um conjunto específico de relacionamentos culturais entre um grupo e um determinado lugar. A região é uma apropriação simbólica de uma porção do espaço por um determinado grupo, o qual é também um elemento constitutivo da identidade regional. A região, sob o enfoque da identidade cultural, passa novamente a ser entendida como um produto real, é concreta, existe. Ela é apropriada e vivida por seus habitantes, diferenciando-se das demais principalmente pela identidade que lhe confere o grupo social.

Estudar a região sob a perspectiva da identidade cultural é manipular o código de significações nela representado. Ou seja, para compreender uma região, é preciso vivenciá-la.

Não há dúvida de que o mundo é uma “colcha de retalhos”, cujos tecidos (regiões) a serem “costurados” apresentam rugosidades diferentes. Assim, os “laços e laçadas” que são dados podem ser visíveis ou invisíveis, reais ou imaginários, mas possuem características próprias, que, embora enlaçadas a outras, guardam sua identidade, sua particularidade, sua personalidade.

Ao se considerar a questão regional hoje, pode-se afirmar que a dinâmica do todo não se distribui similarmente pelas partes. As partes, enquanto distintas totalidades também notáveis, consistentes, tanto produzem e reproduzem seus próprios dinamismos como assimilam diferen-

cialmente os dinamismos provenientes da sociedade global, enquanto totalidade mais abrangente. É no nível do desenvolvimento desigual, combinado e contraditório, que se expressam diversidades, localismos, singularidades e particularismos. (Corrêa, 1995)

Verifica-se, pois, que a globalização pode não significar homogeneização total, mas sim diferenciação de partes. Essa diversidade ocorre em virtude das distintas potencialidades regionais e dos diversos atores hegemônicos que atuam com forças desiguais, organizando ou desorganizando os quadros regionais. Ou seja, são novos recortes do mundo sob o padrão econômico do capital.

A região hoje deve ser entendida pelo viés da estrutura social e econômica. Essas estruturas, embutidas no processo das relações homem-natureza, sombreiam e, às vezes, alteram essas relações, provocando uma perda do referencial essencialmente geográfico por parte do geógrafo. Assim, no momento em que as economias se globalizam e que os Estados perdem poder, resta, aos olhos dos geógrafos, a mais pura estrutura, ou seja, a cultura e a natureza, os verdadeiros baluartes da região.

REFERÊNCIAS

- BASSAND, M.; GUINDANI, S. Maldéveloppement régional et luttes identitaires. **Espaces et Sociétés**, Paris, v. 42, p. 13-26, jan./dec., 1983.
- CASTRO, I. E. **O mito da necessidade**: discurso e prática do regionalismo nordestino, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1992. 247 p.
- _____; GOMES, P. C. C; CORRÊA, R. L. **Geografia**: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. 353 p.
- CHRISTOFOLETTI, A. **Perspectivas da Geografia**. São Paulo: Difel, 1982. 318 p.
- CORRÊA, R. L. **Região**: a Tradição Geográfica. Rio de Janeiro: UFRJ, 1995. 11 p.
- COSTA, R. H. **RS**: latifúndio e identidade regional. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988. 104 p. (Série Documenta, 25)
- FRÉMONT, A. **A região, espaço vivido**. Coimbra: Livraria Almedina, 1980. 275 p.
- GILBERT, A. The new regional Geography in English and French – speaking countries. **Progress in Human Geography**, London, v. 12, n. 2, p. 28-228, jun. 1988.
- HUSSERL, E. **A idéia da fenomenologia**. Lisboa: Edições 70, 1996. 133 p.
- LAVINAS, L.; CARLEIAL, L. M. F.; NABUCO, M. R. (Org.) **Reestruturação do espaço urbano e regional no Brasil**. São Paulo: Hucitec/ANPUR, 1993. 205 p.
- _____. **Integração, região e regionalismo**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994. 311 p.
- PELLEGRINO, P. et al. Identités regionales représentations et aménagement du territoire. **Espaces et Sociétés**, Paris, v. 41, p. 99-112, jun./dec., 1982.

PONCHE, B. La región comme espace de référence identitaire. **Espaces et Sociétés**, Paris, n. 42, p. 3-12, jan./jun., 1983.

RICQ, C. (1982) La región, espace institutionnel et espace d'identité. **Espaces et Sociétés**, Paris, n. 41, p. 113-129, jun./dec., 1982.

_____. La región, espace institutionnel et espace d'identité. **Espaces et Sociétés**, Paris, n. 42, p. 65-78, jan./dec., 1983.

SAUER, C. O. The morphology of landscape. **University of California Publications in Geography**, Califórnia, v. 2, p. 1-342, 1925.

TUAN, Yi-Fu. **Topofilia**: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. Trad. Livia de Oliveira. São Paulo: Difel, 1982. 288 p.

_____. **Espaço e lugar**: a perspectiva da experiência. Trad. Livia de Oliveira. São Paulo: Difel, 1983. 250 p.

Recebido em novembro de 2001.

Aceito em novembro de 2001.